



A Política de Assistência Social em Uberaba
Relatório Diagnóstico pelas Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS

Uberaba, janeiro de 2021



Introdução

Este documento apresenta o resultado do levantamento realizado pelo Fórum Municipal das/dos trabalhadoras/es do SUAS de Uberaba-MG (FMTSUAS-Ura) ao longo do mês de dezembro de 2020, junto às trabalhadoras e trabalhadores que atuam na Secretaria de Desenvolvimento Social e não ocupam cargo em comissão. Foram abordados aspectos relacionados às principais funções envolvidas nos processos gerenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo:

- 1) Gestão de pessoas e do trabalho;
- 2) Planejamento e organização do trabalho;
- 3) Gestão da informação e controle de processos;
- 4) Gestão de estrutura, mobiliário e equipamentos de trabalho;
- 5) Articulação interinstitucional.

Foi organizado de modo a evidenciar os desafios enfrentados do cotidiano de trabalho que dificultam a consecução plena dos serviços e as propostas que poderiam mitigar esses fatores dificultadores.

Ressalta-se que este documento foi colocado em análise e ratificado pelos trabalhadores em Assembleia Extraordinária do FMTSUAS-Ura realizada no dia 04 de janeiro de 2021.



Desafios e propostas para a política de assistência social no município de Uberaba

1. Gestão de pessoas e do trabalho

Desafio

Livre escolha dos profissionais para ocuparem cargos de gestão dos equipamentos sociais do SUAS orientada por critérios meramente político-partidários alheios à Política Pública de Assistência Social, sem consideração de graduação, formação e experiência na área conforme preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH SUAS). Mero aparelhamento político-partidário dos órgãos públicos e descumprimento das pactuações firmadas pelo Município com o SUAS, que ocasionam a precarização, acobertamento e a má gestão dos recursos humanos, financeiros, estruturais e dos serviços prestados à população.

Proposta

Realizar a escolha de gestores, preferencialmente entre os ocupantes de cargos de carreira, consideradas as exigências contidas na NOB-RH SUAS e demais normativas para os serviços específicos dos níveis de proteção social básica e especial.

Sugerimos, ainda, que a escolha seja pautada por um processo de seleção interna entre os servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social que se interessem pelo pleito.

Desafio

Alta rotatividade de profissionais em atividades profissionais que requerem tempo longo para sedimentação da cultura e consolidação dos vínculos com a comunidade atendida.

Alocação de profissionais nos equipamentos sociais do SUAS sem a devida investidura por concurso público, conforme determina a NOB-RH SUAS, muitas vezes por meio de contratos precários de trabalho, com formação e interesses alheios à Política Municipal da Assistência Social, indicativos do mero clientelismo ou aparelhamento político-partidário dos órgãos públicos.

Proposta

Garantir a realização de concursos públicos para assegurar o suprimento de pessoal dos equipamentos sociais do SUAS de acordo com a NOB-RH, com a adoção de mecanismos (normas e procedimentos) visando a redução da rotatividade. A realização de concurso público assegura que o preenchimento dos cargos não ocorrerá de modo precário por meio de contratos temporários.

Desafio

Recursos humanos insuficientes para o atendimento qualificado das demandas dos diferentes equipamentos sociais do SUAS/Uberaba nos níveis de proteção social básica e especial (que, com a equipe mínima, além das demandas que competem tipicamente ao SUAS, precisam atender demandas por vezes dissonantes do Conselho Tutelar, Sistema de justiça e outros), sobrecarga também gerada em decorrência do surgimento de novos conjuntos habitacionais, a

sobrecarga de trabalho decorrente das necessidades de atendimento à comunidades isoladas sem a efetiva implantação das 3 equipes volantes pactuadas pelo Município com o Governo Federal que efetua o repasse de recursos (CRAS Morumbi, Boa Vista e Residencial 2000), a precarização do trabalho e consequente aumento das vulnerabilidades, riscos e violação de direitos com consequente necessidade de acolhimento provisório, aumento da população em situação de rua e demanda da abordagem social, etc.

Proposta

- Redimensionamento das necessidades de recursos humanos com a realização IMPRESCINDÍVEL de concursos públicos para o suprimento das vagas;
- Revisão periódica dos bairros que integram os territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, tendo em vista os novos empreendimentos habitacionais surgidos na cidade nos últimos anos;
- Implantação de um novo Centro de Referência de Assistência Social na região intermediária entre o atual território do CRAS Morumbi e Vila Paulista;
- Efetivar a implantação das Equipes Volantes que já são cofinanciadas, garantindo a composição mínima da equipe exclusiva conforme as normativas vigentes (2 técnicos de nível superior e 2 de nível médio).
- Implantação de mais uma unidade do Centro de Referência Especial de Assistência Social – CREAS.

Desafio

Utilização da mão de obra dos profissionais do CRAS para realizar tarefas que não são afeitas aos programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social, tais como: emissão de boletos de IPTU; avaliação socioeconômica para isenção/anistia/remissão de tributos municipais; isenção de taxas de sepultamento; emissão de pareceres técnicos para o Sistema de Justiça, Conselho Tutelar, entre outros, fatos esses que acarretam sobrecarga e estrangulamento das atividades específicas dos equipamentos sociais do SUAS, sem a devida orientação e posicionamento do Poder Público local e do Gestor do SUAS perante a esses Órgãos.

Proposta

Respeitar de modo pleno as atribuições da Política Pública de Assistência Social e seus trabalhadores, permitindo que eles desempenhem as funções para as quais foram legalmente designados e estão tecnicamente capacitados. Buscar junto aos outros Órgãos soluções práticas para os problemas vivenciados por elas no ato da concessão de isenções tributárias, como por exemplo, o estabelecimento de uma sistemática de avaliação socioeconômica que tenha como critérios fatores objetivos quantificáveis e qualificáveis de renda e composição familiar, utilizando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Declaração de Imposto de Renda, e outras fontes de dados. Alocar servidores com plena capacidade de análise e experiência para realizar processos de triagem de demandas externas de acordo as atribuições específicas do SUAS.

Desafio

Falta de formação e desenvolvimento de competências para o manejo de atividades e especificidades inerentes ao SUAS, que podem levar a inoperância, desmonte da política pública e má qualidade da oferta de serviços públicos, tanto no âmbito gerencial como dos profissionais que integram as equipes de trabalho do Sistema.

Falta de integração entre os servidores e espaços para a produção e disseminação de conhecimentos e aprendizado organizacional – situação que foi agravada na gestão anterior pela proibição de encontros, grupos de estudos e outras atividades envolvendo a coletividade dos profissionais em horário de trabalho.

Proposta

Instituir e implantar a política municipal de capacitação permanente no SUAS, conforme orientações constantes da NOB-RH SUAS, visando à formação técnica, crítica e ética profissional para a defesa intransigente do Sistema, qualificação específica para cuidadores, operadores de sistemas e demais cargos, inclusive gerenciais, a serem operados por meio de:

- a) Investimentos e parcerias com universidades públicas e privadas, institutos tecnológicos e outras entidades de educação;
- b) Criação de grupos de estudos enquanto atividade de trabalho e no horário de trabalho, com frequência de encontros quinzenal, sendo o plano de estudos construídos com a participação dos trabalhadores do SUAS/Uberaba;
- c) Realização de encontros semestrais ou anuais para troca de experiências e produção de conhecimentos, melhor integração profissional com interfaceamento das atividades consideradas as especificidades dos serviços prestados pelos diferentes equipamentos sociais do SUAS.

Reconhecer e valorizar os processos regulares de discussão e compartilhamento (reuniões de equipe), que viabilizam o aprimoramento do SUAS, como estratégias de educação permanente (Política Nacional de Educação Permanente).

Desafio

Modelo de gestão autocrático, com carente circulação de informações e participação dos trabalhadores e usuários nos processos de tomada de decisão, gerando atropelo das atividades, inadequações, desmotivação e alienação dos trabalhadores dos processos de trabalho.

Ausência de diálogo e debates construtivos entre trabalhadores da ponta e as chefias superiores.

Proposta

Implantar um modelo participativo de gestão, envolvendo os trabalhadores nos processos de decisão, definição, monitoramento e avaliação das atividades por eles realizadas nos equipamentos sociais do SUAS e, gradativamente, envolvendo e qualificando a participação dos usuários nesse processo. Promover um contexto de transparência que possibilite instaurar relações de confiança.

Realizar reuniões constantes e sistemáticas com as chefias dos departamentos e apoio técnico do PAIF para definição de aspectos metodológicos do trabalho, tais como elaboração de documentos e planejamento estratégico integrado.

Desafio

Combater o assédio moral e outras violações de direitos trabalhistas.

Proposta

Instituir uma instância permanente (comitê) de ética para o combate as violações trabalhistas, com a designação de servidores efetivos para realizar a escuta, analisar as situações e mediar as intervenções necessárias junto ao Secretário (a) de Desenvolvimento Social.

Desafio

Condições excepcionais de trabalho no contexto da COVID:

- Carências no fornecimento de EPIs para os trabalhadores;
- Falta de diretrizes e formas de trabalho e equipamentos para realização de atividades com distanciamento social.

Proposta

- Monitoramento e fornecimento contínuo de EPIs;
- Definir diretrizes, adquirir equipamentos e implantar serviços de teleatendimento durante as necessidades de distanciamento ocasionadas pela pandemia com traçado de perspectivas futuras para seu aproveitamento e utilização em práticas alternativas de trabalho. O teleatendimento é uma realidade que veio para ficar, portanto há que se criar protocolos de trabalho específicos para nortear a abrangência e modalidades de atendimento.

Desafio

Ínfima participação dos usuários nos processos decisórios das unidades, conforme preconiza as orientações sobre gestão do SUAS quando trata da participação social.

Proposta

Instituir em todas as unidades Comitês de Gestão Participativa, nos quais seria oportunizado aos usuários participação direta nas decisões sobre o desenvolvimento dos serviços ofertados pelos CRAS, por meio de representantes, de diversos grupos identitários, que participam dos projetos.

Estimular, apoiar e criar condições para participação dos usuários nos Conselhos e nas Conferências de Políticas Públicas.

Desafio

Excesso de profissionais em desvio de função exercendo atividades incompatíveis para os concursos que realizaram (ex: vigias e trabalhadores braçais exercendo a função de cuidador, recepcionista, etc.).

Proposta

Readequar o quadro de servidores de modo que seja cumprido o Manual de Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e, para aqueles em desvio de função prover a readequação e valorização profissional.

2. Planejamento e organização do trabalho (definição de ofertas dos serviços)

Desafio

Inexistência ou irrigúria divulgação de planejamento estratégico de alta cúpula da SEDS e dos departamentos envolvidos na gestão dos equipamentos sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social. Planejamento este que teria como objetivo guiar e padronizar, no limite do possível o adequado atendimento das unidades, fornecendo suporte e segurança técnica, ética, metodológica e jurídica para os usuários e profissionais que atuam nas unidades.

Proposta

Instituir cultura de planejamento

Instituir grupos de trabalho composto por todos os técnicos e gerentes das unidades operacionais da SEDS, envolvendo as respectivas chefias de departamento para a elaboração de um planejamento estratégico que defina as bases metodológicas para o desenvolvimento dos serviços em Uberaba-MG, tomando como referência as diretrizes técnicas e teóricas nos manuais e documentos normativos do SUAS.

Estabelecer diretrizes comuns de atuação entre os profissionais por meio de melhoria nos processos de comunicação e discussões sistematizadas das situações vivenciadas, à luz das normas e referencial teórico vigente.

Desafio

Falta de abertura e apoio amplo e efetivo por parte do poder público a projetos inovadores com a utilização de tecnologias sociais com ampla validação e evidências na literatura acerca dos serviços socioassistenciais (como hortas comunitárias, trabalhos de fortalecimento das referências comunitárias e associação de bairros, apoio técnico e financeiro para criação de associações de produção e serviços com qualificação profissional inerentes à atividade).

Proposta

Inserir no plano estratégico projetos inovadores com alocação de recursos financeiros e humanos no orçamento, disponibilizando apoio técnico e jurídico adequados às equipes e participantes.

Desafio

Alunos participantes dos Núcleos de Iniciação Produtiva, em sua maioria, não possuem recursos para aquisição dos Kits necessários à aprendizagem, que também não são fornecidos pela SEDS, acarretando aproveitamento precário por parte dos alunos, bem como altos índices de evasão e depreciação da proposta.

Proposta

Revisar o projeto visando sua valorização e inclusão no plano estratégico, com cursos estruturados e previsão de fornecimento de Kits de aprendizagem necessários assegurando qualidade e efetividade da proposta e resultados para os participantes.

Desafio

Falta de planejamento e disponibilização de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de projetos relacionados à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da proteção social básica e grupos de convivência em todos os equipamentos sociais da proteção social especial – Centro POP, CREAS, Unidades de Acolhimento.

Proposta

Planejar e disponibilizar insumos, oficineiros, orientadores e educadores sociais para realização do SCFV da proteção social básica e demais grupos de convivência e oficinas desenvolvidos em todos os equipamentos sociais da proteção social básica e especial.

Retomada da disponibilização de lanches para melhorar a acolhida e adesão, considerando a duração dos grupos e a situação de vulnerabilidade econômica e de insegurança alimentar de parcela significativa dos participantes.

Desafio

Ausência de projetos de capacitação e geração de renda para os usuários, com foco no mercado de trabalho.

Proposta

Estabelecer convênio ou parcerias com organizações de educação profissional para oferta de cursos de qualificação profissional e educação de jovens e adultos de forma gratuita ou custeada com recursos próprios da Prefeitura de Uberaba, viabilizando cotas para encaminhamento dos usuários para qualificação com apoio ao acesso a diferentes formas de trabalho, empreendedorismo e emprego.

Desafio

Falta de planejamento da oferta de produtos do banco de alimentos, considerada a qualidade e quantidade, resguardada a devida avaliação de insegurança alimentar dos participantes dos grupos, além de aspectos inerentes à dinâmica intersubjetiva dos grupos e os manejos. Falta de avaliação da situação das organizações usuárias dos serviços.

Proposta

Realizar diagnóstico de insegurança alimentar e questões de ordem psicossocial e planejar a oferta do Banco de Alimentos para orientar o conteúdo dos contratos com os produtores rurais, considerando as normas expedidas pelo CONSEAS.

Estimular e apoiar a criação de hortas comunitárias em todos os territórios com supervisão pelas equipes de referência dos CRAS.

Desafio

Falta de planejamento de benefícios eventuais para públicos específicos, tais como mulheres vítimas de violência, famílias em situação de extrema vulnerabilidade participantes das ações de acompanhamento familiar do PAIF e PAEFI. A exemplo pode-se citar a institucionalização de pessoas idosas e deficientes devido à situação de pobreza e a falta de recursos materiais e humanos para prover os cuidados e mínimos necessários.

Proposta

Instituir renda mínima temporária para mulheres em situação de violência e famílias participantes do Acompanhamento Familiar do PAIF E PAEFI, inclusive com retorno do fornecimento de vale transporte para os usuários do CREAS (que está situado em região central da cidade e distante das residências da maior parte do seu público-alvo).

Desafio

Inexistência de previsão orçamentária para Coordenadoria de Política Públicas para as mulheres, atualmente a coordenaria não consegue executar alguns projetos, pois não recebe nenhum recurso público para tal.

Proposta

Garantia de receita para projetos da Coordenadoria de Política Pública para as mulheres.

Desafio

Necessidade de reformulação do trabalho ofertado pelo serviço de abordagem social, atendimento ao migrante e itinerante e à população em situação de rua, que muitas vezes se resume a conduzir pessoas para fora dos limites do município.

Proposta

Reestruturar o serviço de abordagem social conforme orientações constantes das Orientações Técnicas específicas, focado em seu objetivo principal que é desenvolver atividades nos territórios onde se encontram pessoas em situação de rua, favorecendo a criação de relações de confiança e sensibilização dos usuários, além de promover vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e rede de proteção social. Portanto, é crucial compreender que este serviço não se trata somente de um meio de locomoção de um local a outro, e sim de criação de permanentes estratégias de busca ativa e atendimento in loco.

Instituir estratégia efetiva de atendimento, com foco na escuta e compreensão da situação de migração, busca ativa pelos familiares, estabelecimento de contato com redes parceiras de outros municípios e, quando o for o caso, respeito pelo desejo do usuário de permanecer no município, inserindo-o nos projetos de acolhimento e geração de renda.

Desafio

Ausência de república para aqueles que já superaram a situação de rua, conseguiram inserção no mercado de trabalho, mas não possuem condições de retorno aos ambientes originais de moradia.

Ademais, é flagrante a ausência de políticas municipais de habitação voltada para pessoas em situação de rua.

Proposta

Criar a república com regras de permanência, como estratégia de suporte inicial para pessoas que superaram a situação de rua e encontram-se empregadas, bem como mediar e promover o acesso aos demais serviços socioassistenciais e setoriais, em especial o de habitação com cota de moradias exclusivamente destinadas para a inclusão de pessoas que em sua trajetória de vida estiveram em situação de rua.

Desafio

Ausência política de segurança alimentar, nutricional e de higienização, como por exemplo, restaurante popular ou cozinha comunitária que atenderia pessoas que ainda se encontram na situação de rua, mulheres vítimas de violência (que são vítimas inclusive da atual divisão sexual do trabalho) ou outras situações de vulnerabilidade. Para as pessoas em situação de rua as refeições atualmente são servidas somente na Casa de Passagem ou Casas de Acolhimento, o que pressupõe que a pessoa já esteja institucionalizada.

Além disso, no próprio Centro POP falta de recursos alimentícios de qualidade;

Proposta

Implementação do Restaurante Popular ou Cozinha Comunitária para garantir o direito à alimentação e segurança nutricional das pessoas que ainda se encontram na situação de rua ou outras situações de grave vulnerabilidade.

Implementação de lavanderias populares.

3. Gestão da Informação e Controle de Processos

Desafio

Falta de implementação das funções da vigilância socioassistencial para o planejamento e execução da política de assistência social, bem como a indefinição de padrões para a oferta de serviços, seu monitoramento e avaliação visando consolidar um conjunto de ações com evidência de eficiência, eficácia e efetividade mensuradas.

Falta de acesso aos dados disponibilizados pelo Governo Federal – Ministério da Cidadania, relativos aos processos de monitoramento e avaliação, relatórios para suporte de busca ativa e ações nos territórios, que em termos normativos estão a cargo da vigilância socioassistencial.

Proposta

Implementar as funções da vigilância socioassistencial de modo associado ao planejamento estratégico do SUAS/Uberaba com ampla participação das equipes técnicas e dos usuários do Sistema.

Construir coletivamente e implantar um plano, hoje inexistente, de atuação local da vigilância socioassistencial em termos de monitoramento, avaliação e produção de conhecimentos para decisões gerenciais de investimentos e revisão de métodos de intervenção.

Desafio

Ausência de capacitação e padronização do uso do sistema ASocial e dos dados gerados por eles.

Falta de instalação do sistema em equipamentos sociais, em especial nas unidades de acolhimento.

Proposta

Qualificar o preenchimento e padronizar os lançamentos de atividades no ASocial entre todas as unidades da SEDS, em um rol de modalidades de atendimentos pré-definidos tipificados pelas equipes, visando maior precisão estatística na remessa de informações aos órgãos reguladores e para feedback para as próprias unidades. Montar um comitê para que tal empreitada seja concluída.

Providenciar a aquisição de licenças e instalar o sistema em todos os equipamentos sociais da SEDS.

Desafio

Utilização de formulário de papel para o preenchimento a mão do Cadastro Único, o que além de retardar o preenchimento em si, posterga a inclusão dos cidadãos no sistema do Cadastro Único, não conferindo os direitos das famílias em tempo ótimo (atraso esse que em alguns casos podem configurar violação de direitos). Processo de preenchimento manual também onera sobremaneira os cofres públicos.

Proposta

Informatização urgente do processo de preenchimento do Cadastro Único e capacitação para tal. Se necessário, deslocamento dos digitadores e computadores para as unidades para fortalecer o processo.

4. Gestão de estrutura, mobiliário e equipamentos de trabalho

Desafio

Manutenção e conservação

Estrutura dos equipamentos precárias, com gravíssimas falhas de conservação e manutenção da estrutura predial das unidades do CRAS, situações nas quais em alguns casos deixam de ser mera inconveniência e chegam a afrontar a dignidade humana dos trabalhadores e usuários dos serviços, colocando em risco até a saúde e integridade física das pessoas que necessitam transitar por esses espaços.

A situação é profundamente precária em praticamente todos as unidades, indo desde inundações e enormes goteiras nos dias de chuva, infiltrações diversas, mofo, entupimento nos vasos sanitários e defeitos diversos nos banheiros, falta de poda da vegetação, chegando até a estética completamente negligenciada e falta de fornecimento de água potável aos trabalhadores e usuários.

Contudo, a situação se mostra calamitosa praticamente EM TODOS OS CRAS (fotos de algumas unidades nos documentos **ANEXOS**) e também em unidades da Proteção Social Especial.

Proliferação de insetos e animais (ratos, baratas, escorpiões, etc.).

Como agravante tem-se o fato de que as demandas são ignoradas reiteradamente.

Proposta

Inadiável e extensa avaliação pela Prefeitura das condições de conservação das unidades dos CRAS e realização de reparos emergenciais e reformas urgentes.

Em alguns casos, como do CRAS Boa Vista e Abadia, se vislumbra a necessidade de desativação temporária da unidade para uma grande reforma. No caso do CRAS Vila Paulista, pelo lugar no qual o CRAS está instalado demandará uma ampla solução de engenharia, ou na pior das hipóteses a desativação do CRAS e mudança definitiva para outra localidade. Realizar dedetização periódica.

Desafio

Reforma e adequação dos espaços

Espaço físico insuficiente para realização de atividades grupais e atendimentos individuais. Isso se dá pela falta de salas, ou salas com dimensões insuficientes e com acessibilidade precária ou utilização dos espaços disponíveis de modo a não priorizar o que é preconizado na tipificação dos serviços socioassistenciais, além de que em alguns casos existem as salas, mas elas se encontram inutilizáveis devido à precária conservação.

A insuficiência de salas coloca em risco o respeito aos princípios éticos das profissões como o sigilo, pois os psicólogos e assistentes sociais ficam por vezes impossibilitados de realizar os atendimentos com a devida concentração e privacidade aos usuários.

O mal dimensionamento dos espaços para atendimento em grupos, principal modalidade de trabalho dos serviços prestados no SUAS, acabam por ser realizados na modalidade individual, prejudicando o alcance dos objetivos dos serviços.

Proposta

Reformar e ampliar as salas de atendimento em prédios próprios e, quando possível realizar a construção de salas adicionais, observadas as necessidades para o acolhimento de pessoas com deficiência.

Reorganização visando melhor aproveitamento dos espaços disponíveis.

Construção de prédios próprios para os equipamentos sociais do SUAS adequados às demandas e oferta de serviços, com adequação de acessibilidade para pessoas com deficiência – mulheres vítimas de violência, casa do adolescente, unidades de acolhimento, e demais equipamentos sociais hoje alugados.

Desafio

Localização das unidades dificultam o acesso dos usuários em função da distância e custos do transporte:

- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) muito afastada da região central da cidade;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

Proposta

Avaliar a possibilidade de mudar Centro POP para um local mais próximo do centro da cidade.

Fornecer vale transporte para facilitar o deslocamento dos usuários para participação dos serviços do CREAS.

Implantar serviço integrado em um único local, que atenda e acolha as mulheres em situação de violência, com alojamento de passagem, registro de boletim de ocorrência, petição de medidas protetivas, exame médico pericial, atendimento e acompanhamento psicossocial e orientação jurídica.

Preparar os serviços para realizar o acolhimento institucional de forma adequada.

Desafio

Equipamentos de informática (computadores, impressoras, modens, roteadores, estabilizadores, disponibilidade de rede, etc.) insuficientes ou obsoletos para o desempenho das atividades.

Proposta

Avaliar a demanda e estruturar o parque informático das unidades, bem como adquirir o número de licenças suficientes (por exemplo ASocial) para instalação em todos os equipamentos.

Desafio

Falta de equipamentos e recursos tecnológicos e de comunicação para atividades de socialização e disseminação de informações sobre os serviços, programas e direitos.

Proposta

Adquirir tablets ou smartphones, televisores ou datashows com função smart para facilitação do diálogo e comunicação e demais materiais e equipamentos de acordo com o planejamento estratégico integrado e participativo.

Desafio

Mobiliário em situação precária em decorrência de tempo de uso, inadequados e em quantidade inferior à necessária aos trabalhos desenvolvidos nas unidades, com especial atenção para os equipamentos de acolhimento provisório.

Proposta

Adquirir mobiliário adequado às necessidades das unidades.

Desafio

Transporte e logística

- Frota insuficiente ou logística mal orientada tornando a disponibilidade insuficiente para realização de atividades externas com grupos em outros espaços, visitas domiciliares e institucionais;
- Escassez de motoristas, carros e combustível, além da completa falta de organização logística para otimizar o uso desses recursos já escassos.
- Inexistência de manutenção preventiva (materiais e peças para manutenção e reparo da frota própria), gerando paralisação de veículos por longos períodos, além de oferecer risco aos trabalhadores. Existem veículos em situação de total avaria.

Proposta

- Disponibilizar um veículo por unidade todos os dias da semana, pelo menos em um turno, com logística apropriada para contornar a escassez de motoristas, inclusive com a concessão de autorização para conduzir veículos oficiais para o servidor efetivo que se interessar e assim se dispor.
- Assegurar manutenção preventiva e corretiva para a frota própria por meio de contratação de empresa especializada, assegurando agilidade nos procedimentos de manutenção e retorno dos veículos a atividade.

Desafio

Materiais de limpeza e de papelaria insuficientes para a realização dos trabalhos, sendo que muitos servidores utilizam dos próprios recursos para adquirir tais materiais. Habitualmente em final de ano, acontece o “despejo” de materiais excedentes, momento em que toda sorte de material (alguns perto do vencimento) é entregue aos setores. Aparentemente sem nenhuma logística ou planejamento.

Decorrente da falta de materiais de limpeza, muitas vezes os locais não são higienizados adequadamente.

Proposta

Analizar a demanda e disponibilizar materiais de limpeza e papelaria, bem como a entrega nas unidades por um sistema de rodízio com logística adequada para assegurar a disponibilidades dos mesmos em tempo certo.



Desafio

Segurança precária das unidades, especialmente no período noturno, sendo que já ocorreram diversos furtos em praticamente todas as unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Proposta

- Lotar de 2 vigias noturnos, em regime de 12/36 horas de trabalho para garantir a segurança das unidades.
- Realizar manutenção de portas, portões, janelas, grades e alarmes das unidades.
- Lotar 1 guarda municipal para garantir a segurança no período diurno.

Desafio

Atendimento de muitos idosos que permanecem sozinhos em suas residências durante o dia, ficando em situação de risco devido os familiares estarem trabalhando.

Proposta

Criação de equipamento em formato “Casa Dia” para idosos para que tenham atividades e recebam os devidos cuidados, podendo retornar para suas casas no período noturno.

5. Articulação interinstitucional

Desafio

Ausência de articulação intra-institucional com rompimento da interface entre os diferentes serviços interdependentes e consequente perda de qualidade e efetividade das ações.

Proposta

Constituir grupos de estudo e trabalho entre os profissionais das diferentes unidades prestadoras de serviços da SEDS.

Desafio

Falta de transparência na gestão de certificação e estabelecimento de termos de parceria ou fomento com Terceiro Setor, situação na qual se identifica patente descumprimento de critérios de oferta, equipes mínimas, estrutura e equipamentos, e nos casos de acolhimento até mesmo violação de direitos humanos.

Processos de referenciamento e supervisão precários, gerando a manutenção de parcerias e fomentos cujas ofertas não são qualificadas de acordo com os preceitos do SUAS, aproximando-se muito mais a relações de clientelismo.

Proposta

Gestão exclusivamente pública com profissionais efetivos de todos os serviços de acolhimento do SUAS, (crianças e adolescentes, idosos, pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica, entre outros)

Capacitação e condições de trabalho para que o técnico de nível superior faça o referenciamento por meio do assessoramento aos serviços terceirizados que ocorrem por meio de termos de parceria ou fomento.

Desafio

Metodologia de articulação de rede inadequada.

Proposta

Dinamizar a rede com o estabelecimento de pactos e fluxos de trabalho conjunto tanto com a rede de serviços socioassistenciais, quanto a rede pública setorial (saúde, educação, habitação).

Assegurar transparência quanto aos critérios, encaminhamentos e soluções alcançadas para viabilizar o monitoramento, avaliação e aprimoramento das relações interinstitucionais no âmbito da provisão de direitos ao cidadão.

Desafio

Ausência de mobilização e participação social dos usuários no conhecimento e efetivação dos direitos de grupos específicos: população de rua, LGBT, mulheres, negros, entre outros.

Proposta

Criar fóruns permanentes para fortalecer os processos de participação democrática nos espaços de decisão, como nos Conselhos e Conferências de Direitos e Políticas Públicas, tomando a participação como um dos princípios fundamentais no trabalho com a população.



Desafio

Desorganização e falta de critérios claros das vagas sociais para acolhimento em Instituições de Longa Permanência para Idosos e Serviços de Acolhimento, estrangulando e gerando falta de eficácia e efetividade nos atendimentos realizados pelo CREAS.

Proposta

Estabelecer critérios e criar uma “central de vagas” para organizar e regular o encaminhamento dos usuários para as vagas sociais previstas nos termos de parceria e fomento firmados entre as organizações do terceiro setor.

Assegurar vagas pela criação ou parceria com organizações para inserção de idosos que recebem alta dos hospitais e necessitam de cuidados especiais em saúde (denominado grau 3) e não possuem familiares.

Assegurar transparência quanto ao número de vagas disponíveis, utilizadas e critérios.

ANEXO

CRAS POLO I

O Polo I, implantado em 2005 foi criado com o objetivo de ser um núcleo de cursos profissionalizantes. Posteriormente com a demanda crescente e a busca pelos serviços da assistência social, o lugar se tornou o CRAS Luci Caixeta da Silva - Polo I. Sendo dividido entre CRAS e a continuidade de diversos cursos. Com o passar do tempo, o lugar tornou-se deteriorado, não teve manutenção adequada, além da perda de diversos cursos e profissionais.

Segue descrição ilustrada dos principais problemas enfrentados pela equipe com consequência ao atendimento à comunidade:

- **Instalações elétricas:** Recentemente devido a uma forte chuva e a descarga de raios, o CRAS foi afetado na parte elétrica, que já era bastante precária. Apenas três lâmpadas funcionam, todas as outras queimaram, temos fios soltos e descascados expostos por toda parte. Se ligar a geladeira, o computador não funciona. Se ligar a impressora, as luzes que funcionam apagam. É comum soltarem faíscas de fogo frequentemente nas tomadas. A secretaria já foi notificada por diversas vezes dos problemas, porém ignorou a situação.

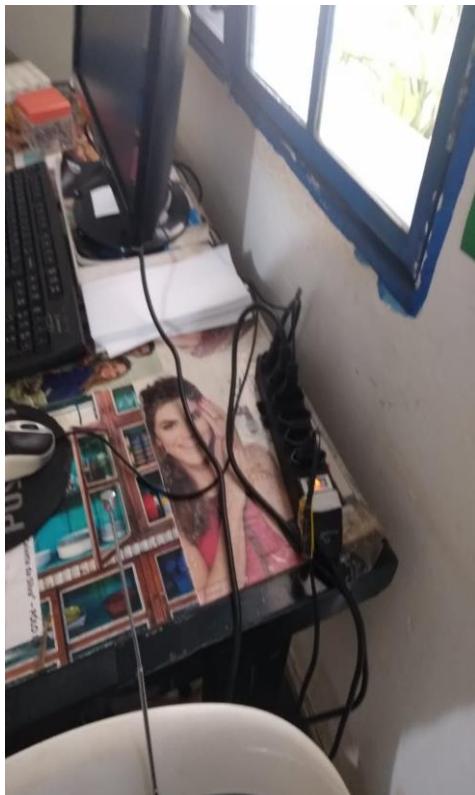




- **Padrão de energia:** o padrão de energia foi envolvido pelos galhos de árvores, a CEMIG já esteve no local e solicitou manutenção **com urgência**, pois o mesmo pode causar acidente grave. A secretaria já foi notificada, porém ignorou a situação.



- **Computadores:** dos 7 computadores que o CRAS possui, 5 foram levados pela Codiub já com o aviso que serão descartados, pois são muito antigos e não podem mais serem arrumados. Os dois restantes, estão com “os dias contados”, após análise técnica da área de informática já que não suportam mais atualizações e dão problemas com frequência. Os computadores estão conectados em uma régua, que se conecta em outra régua, que é ligada em um estabilizador, até chegar à tomada.



- **Falta ASocial nos computadores:** O ASocial é o sistema usado para o registro dos atendimentos e acompanhamento familiar e segundo a Codiub, não tem como instalar já que não tem mais a licença do programa.

- **Telhado:** o telhado está quebrado, com muitas folhas acumuladas e infiltração em todo o prédio, fazendo com que o mesmo fique alagado em época de chuva, danificando mobiliário, lâmpadas e aparelhos eletrônicos.

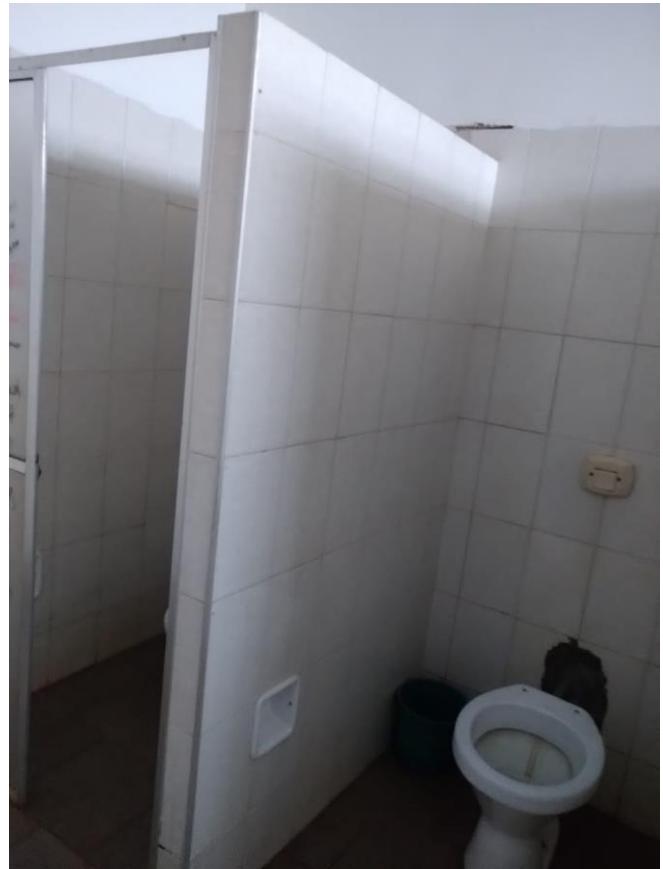


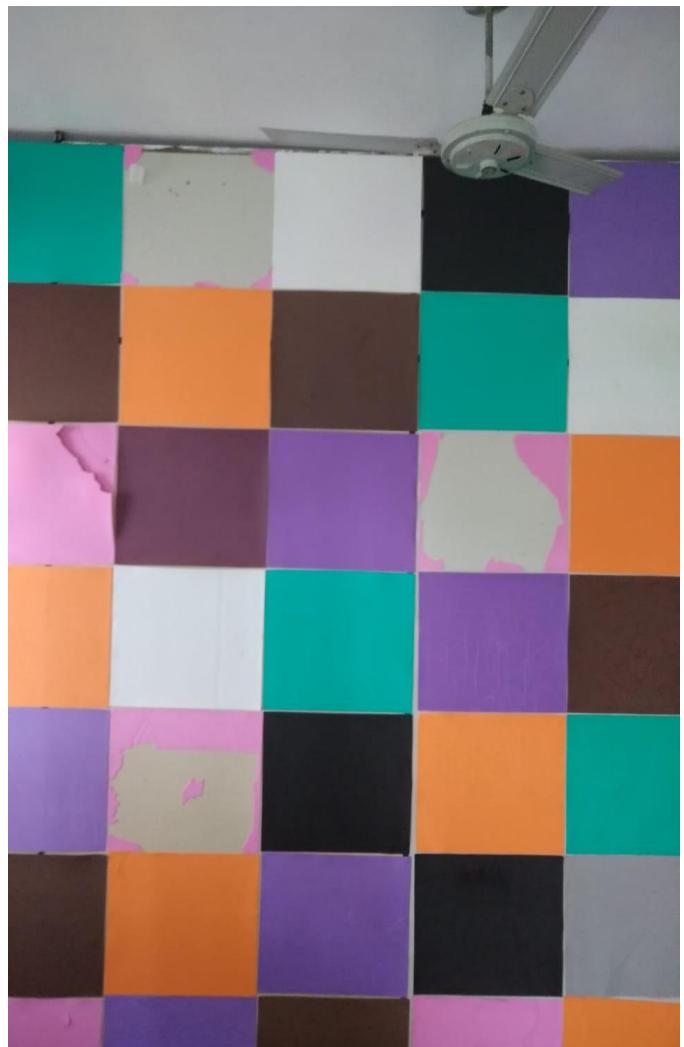
- **Falta material para atividades em grupo e para o trabalho diário:** Cola, EVA, fita crepe, cartolinhas e papelaria em geral.
- **Falta ventilador na recepção.**
- **Porta e Portão principais estão deteriorados e com problemas para fechar.**
- **Material de informática:** Os servidores que tem doado mouse, teclado, roteador para conectar mais de um computador, monitor, entre outros para que o trabalho possa existir o mínimo de condições de trabalho.
- **Portão dos fundos:** não tranca, ficando aberto em todo o tempo e o CRAS vulnerável às ações de vândalos e invasores.



- **Manutenção predial:** falta limpeza na caixa d'água, portas quebradas, banheiros sem portas, salas escuras, fogão industrial que só funciona uma chama, falta de poda da grama e árvores (tem sido comum o aparecimento de cobras e roedores), paredes deterioradas, todos os banheiros tem vazamento e descargas estragadas.







- **Internet:** o serviço de internet no CRAS Polo I é muito instável prejudicando o atendimento aos usuários. Por estimativa, de duas a três horas do dia, não temos internet para realizar os atendimentos. A Algar já compareceu ao local várias vezes, bem como a Codiub, mas ambas não conseguiram solucionar o problema. A secretaria já foi notificada por diversas vezes do problema, porém ignorou a situação.
- **Curso de Corte e Costura:** O Polo I oferece o curso de corte e costura nos níveis básicos e aperfeiçoamento, mas das 12 máquinas disponíveis em uma sala ampla e bem montada, **somente uma funciona.**
- **Curso e maquinário de culinária:** O Polo I tem uma cozinha ampla e bem montada para cursos de culinária, que inclusive eram bem concorridos e tinham ampla adesão pela comunidade. Porém por falta de professor, o curso foi encerrado pela secretaria. Hoje temos geladeiras e freezer parados, batedeira e liquidificador industriais parados, batedeira planetária industrial na caixa sem uso, fogão industrial que funciona apenas uma chama. Faltam liquidificador e batedeira pequenos.

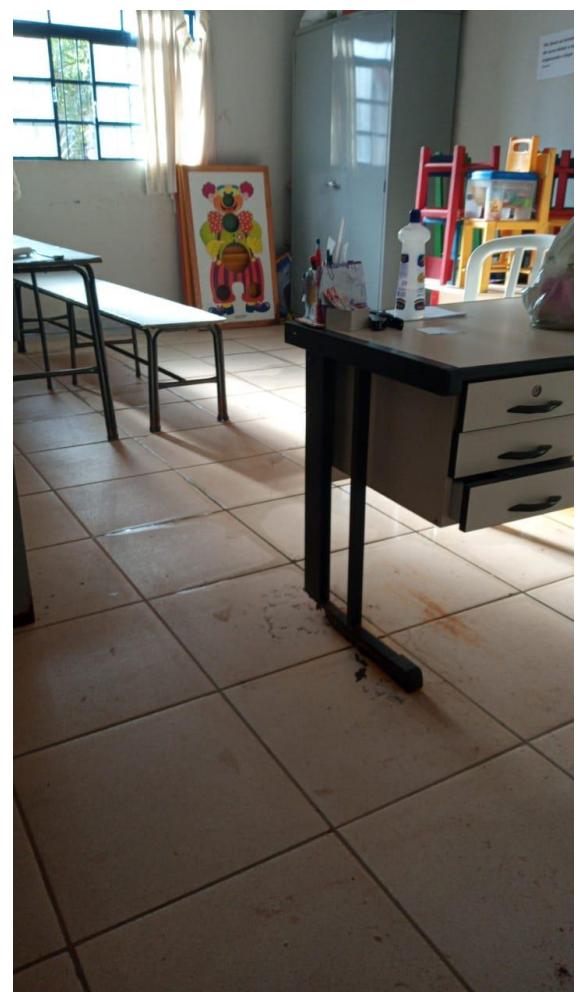


Diante de todo o exposto, solicitamos especial atenção da prefeita eleita à fim de que esse aparelho social possa ter novamente o mínimo de condições para exercer sua função de apoio e atendimento à comunidade.

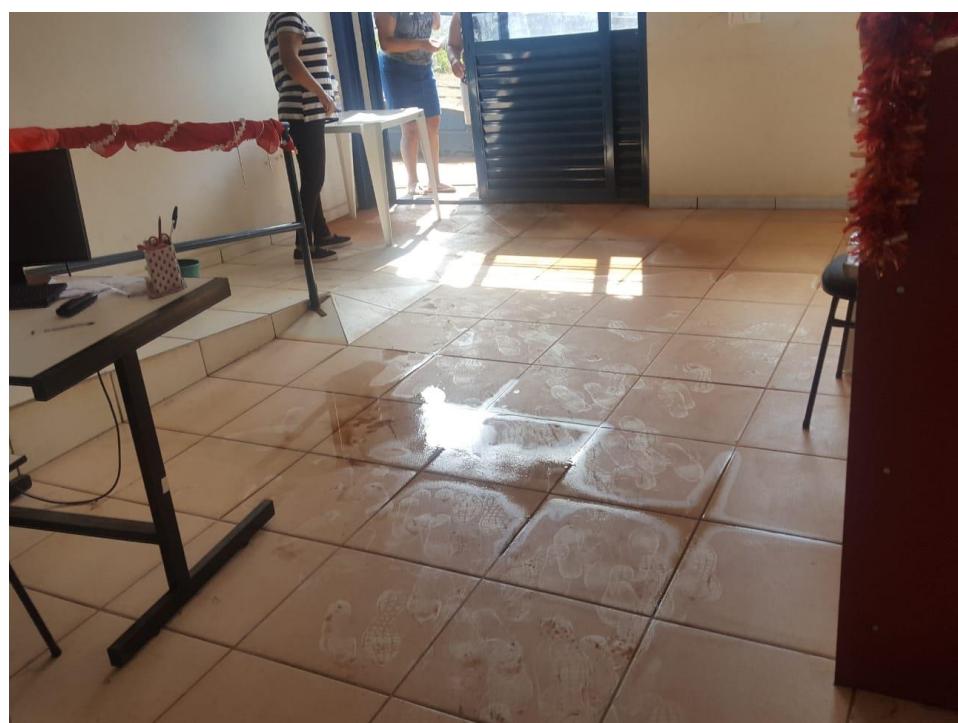
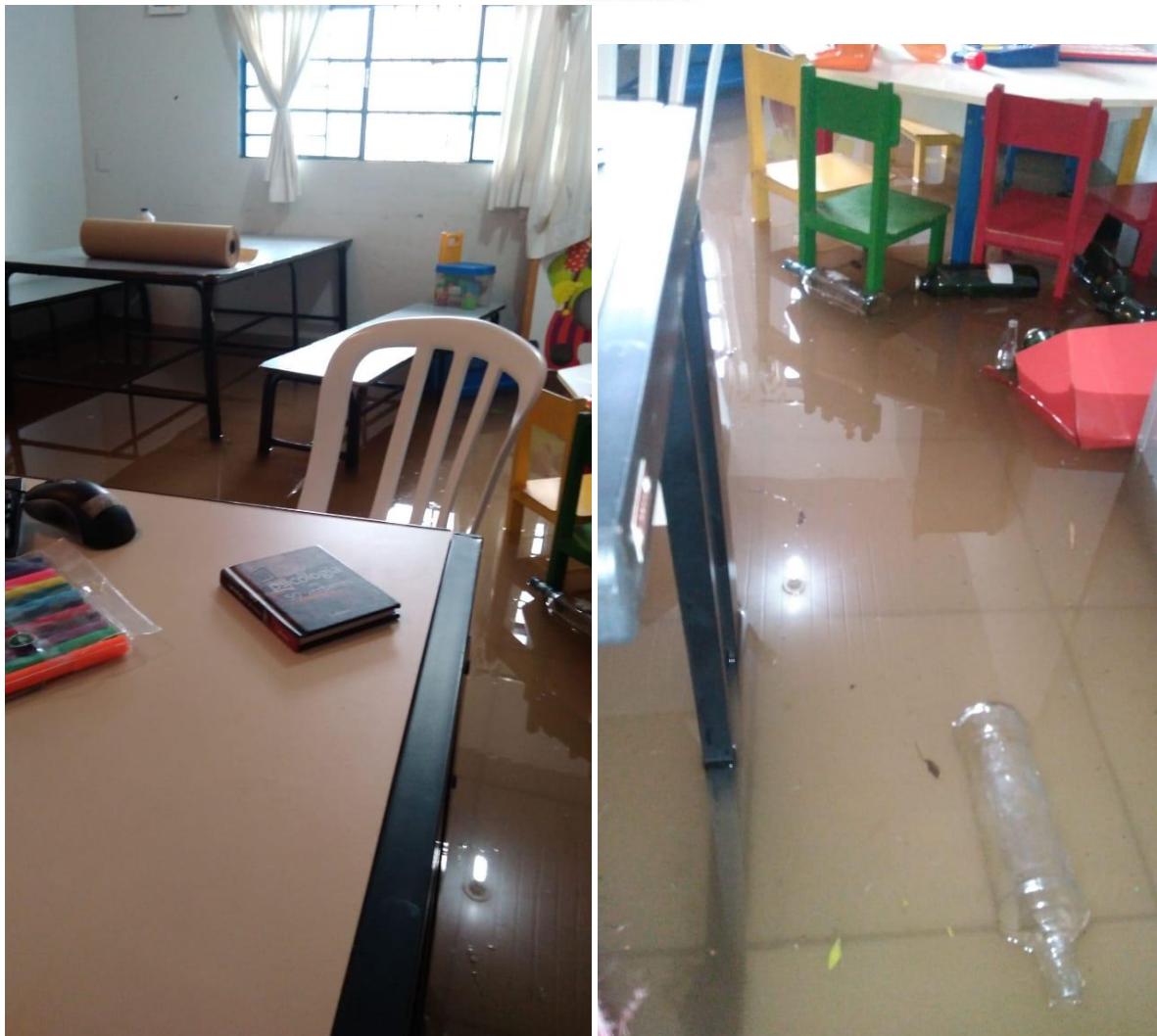
CRAS VILA PAULISTA

Também apresenta graves defeitos de conservação predial (infiltrações, vazamentos, mofo falta de poda na vegetação, forro caindo, móveis deteriorados pela umidade), com o agravante de que o próprio lugar no qual está instalado é um fator que dificulta a manutenção da infraestrutura e amplia as mazelas vivenciada pelos usuários e trabalhadores, como exemplo mais evidente o retorno do esgoto e as inundações em período de chuva.

Seguem fotos que corroboram a situação:





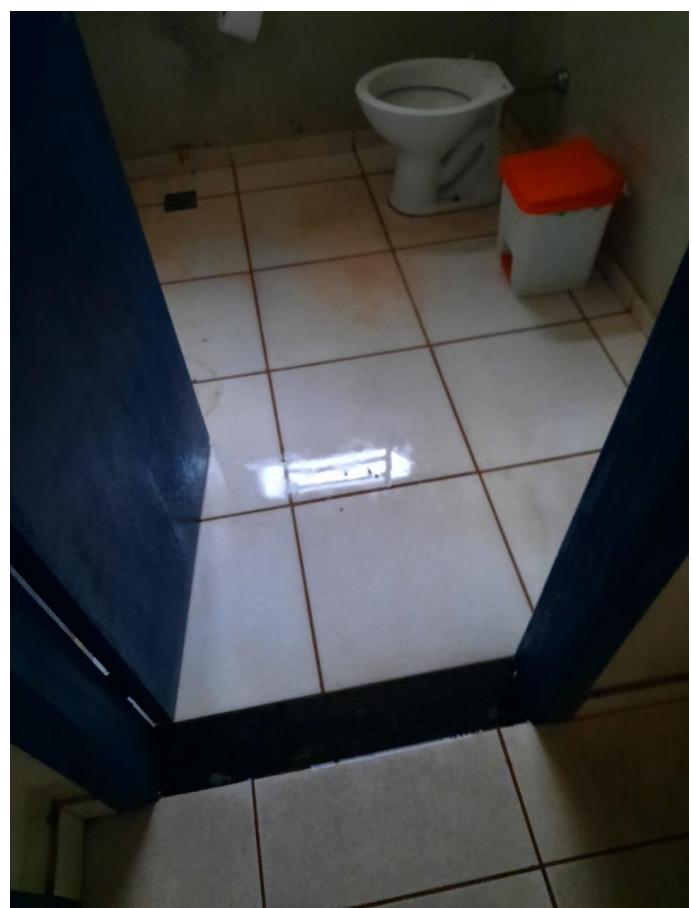
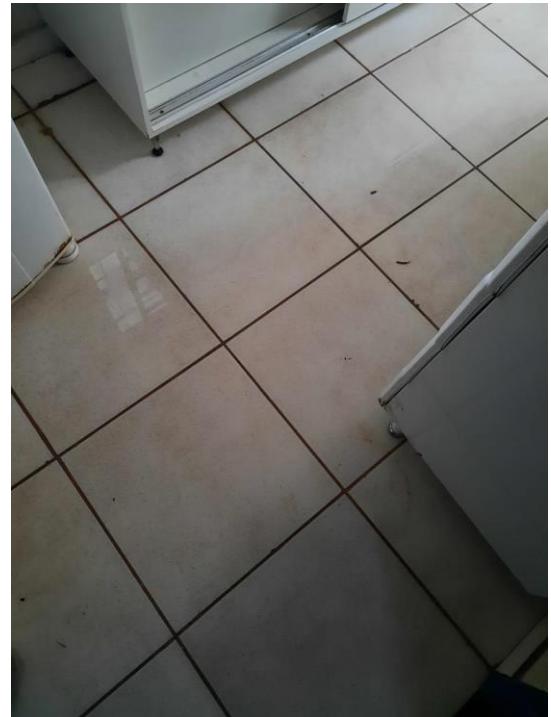


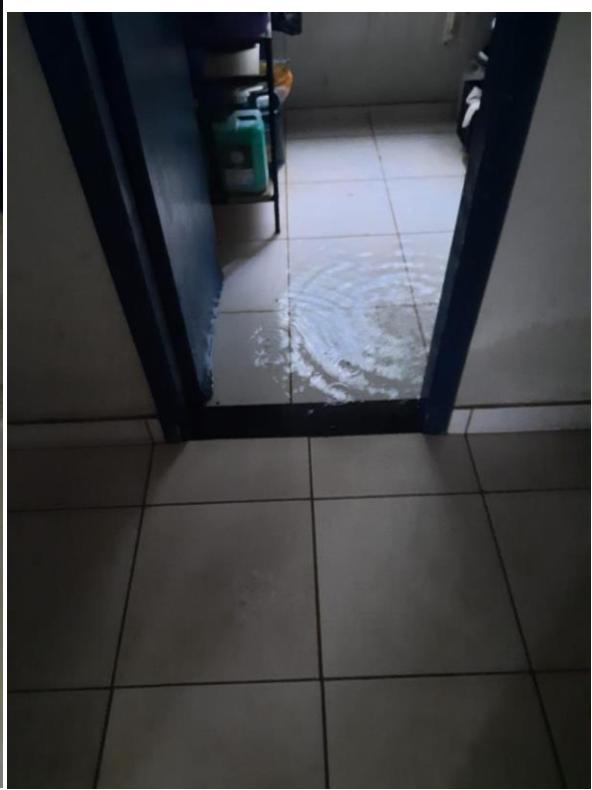
CRAS BOA VISTA

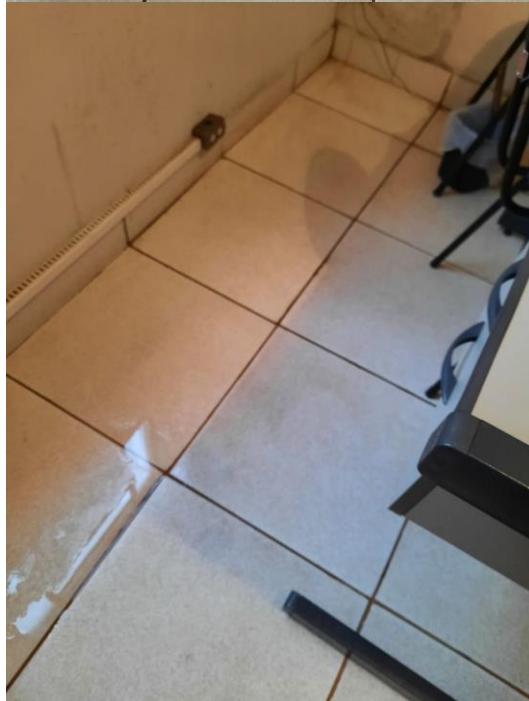
Assim como os demais CRAS os problemas de infraestrutura são substanciais e demandam por uma ampla reforma (que poderá inclusive passar pela desativação temporária da unidade para que se faça a manutenção de forma adequada). Nos últimos anos, a equipe do CRAS Boa Vista tem vivenciado o sucateamento da unidade, o que tem prejudicado o desenvolvimento e oferecimento dos serviços.

A cada novo período de chuva, as infiltrações e inundações vão se alastrando por todo o imóvel, atingindo e deteriorando todos os cômodos, consequentemente afetando mobílias, documentos, objetos e eletroeletrônicos, sem contar os riscos de curto circuito, incêndio e choques elétricos. Apesar das reiteradas demandas da equipe por soluções, não foi apresentada qualquer resposta efetiva referente ao estado crítico da unidade, em que todo período de chuva a equipe precisa interromper suas atividades para tentar resguardar documentos, mobílias e computadores além de ter que fazer retirada da água que inunda todo o CRAS. Seguem as fotos comprobatórias:











CRAS ABADIA

A situação vivenciada no CRAS abadia aponta para gravíssimos defeitos estruturais com risco evidente de desmoronamento de parte da alvenaria e danos físicos potenciais aos profissionais e usuários que utilizam o espaço, devido a uma grande rachadura existente em uma das salas. Não deve ser desconsiderado os outros problemas similares aos outros CRAS (infiltrações e afins), contudo a mitigação desse problema se mostra emergencial, ou seja, inadiável. Cabe ressaltar que segundo os trabalhadores, esse problema existe a anos e tem se agravado nos últimos tempos.





CRAS RESIDENCIAL 2000







CRAS DR. DÉCIO MOREIRA

